

CENTRO JACOBINA: ESPAÇO DE ACOLHIMENTO PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM SÃO LEOPOLDO/RS

JACOBINA CENTER: SPACE OF RECEPTION FOR WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE IN SÃO LEOPOLDO/RS

CENTRO JACOBINA: UN REFUGIO PARA MUJERES EN SITUACIÓN DE VIOLENCIA EN SÃO LEOPOLDO/RS

Sandra Maria Costa dos Passos Colling¹, Magna Lima Magalhães²

DOI: 10.54899/dcs.v22i85.3900

Recibido: 27/11/2025 | Aceptado: 28/11/2025 | Publicación en línea: 10/12/2025.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o Centro Jacobina, espaço de referência para o acolhimento de mulheres em situação de violência na região do Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul. Esta pesquisa foi conduzida por meio de etnografia, levantamento de dados e análise da legislação sobre políticas públicas voltadas para a proteção das mulheres. A discussão teórica baseia-se em autores como David Le Breton, Michel Foucault e Michelle Perrot, cujos estudos abordam as relações sociais e os percursos das mulheres ao longo do tempo, enfatizando as formas de dominação, controle e resistência. Uma das hipóteses levantadas para o aumento da violência contra as mulheres está relacionada à ascensão de ideologias conservadoras, que dificultam o avanço das políticas de equidade de gênero e a implementação de medidas protetivas eficazes. Com a pesquisa realizada é possível reafirmar que o Centro Jacobina é fundamental no combate à violência de gênero na região, sendo referência no trabalho em rede. É preciso que outros municípios avancem na elaboração de um espaço como este a fim de alavancar ações em prol da segurança e do acolhimento de mulheres vítimas de violência.

Palavras-chave: Acolhimento. Centro Jacobina. Mulheres. Políticas Públicas. Violência de Gênero.

ABSTRACT

This article aims to present the Jacobina Center, a reference point for the support of women experiencing violence in the Vale do Sinos region of Rio Grande do Sul. This research was conducted through ethnography, data collection, and analysis of legislation on public policies aimed at protecting women. The theoretical discussion is based on authors such as David Le Breton, Michel Foucault, and Michelle Perrot, whose studies address social relations and the trajectories of women throughout history, emphasizing forms of domination, control, and resistance. One of the hypotheses raised for the increase in violence against women is related to

¹ Doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sandracolling@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3094-1111>

² Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: magna@feevale.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>

the rise of conservative ideologies, which hinder the advancement of gender equality policies and the implementation of effective protective measures. The research reaffirms that the Jacobina Center is fundamental in combating gender violence in the region, serving as a reference in networking. It is necessary for other municipalities to advance in the development of a similar space in order to leverage actions in favor of the safety and support of women victims of violence.

Keywords: Reception. Jacobina Center. Women. Public Policies. Gender Violence.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el Centro Jacobina, un referente para el apoyo a las mujeres en situación de violencia en la región del Vale do Sinos, Rio Grande do Sul. Esta investigación se realizó mediante etnografía, recopilación de datos y análisis de la legislación sobre políticas públicas destinadas a la protección de las mujeres. La discusión teórica se basa en autores como David Le Breton, Michel Foucault y Michelle Perrot, cuyos estudios abordan las relaciones sociales y las trayectorias de las mujeres a lo largo de la historia, haciendo hincapié en las formas de dominación, control y resistencia. Una de las hipótesis planteadas para el aumento de la violencia contra las mujeres se relaciona con el auge de las ideologías conservadoras, que obstaculizan el avance de las políticas de igualdad de género y la implementación de medidas de protección efectivas. La investigación reafirma que el Centro Jacobina es fundamental en la lucha contra la violencia de género en la región, sirviendo como referente en el trabajo en red. Es necesario que otros municipios avancen en el desarrollo de un espacio similar para impulsar acciones a favor de la seguridad y el apoyo a las mujeres víctimas de violencia.

Palabras clave: Recepción. Centro Jacobina. Mujeres. Políticas Públicas. Violencia de Género.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher tem se intensificado no Vale do Sinos/RS, assim como em outras regiões do Brasil. Notícias veiculadas em diversos meios de comunicação e dados oficiais disponibilizados por órgãos governamentais evidenciam esse crescimento. Diante desse cenário, torna-se essencial analisar e fortalecer os espaços destinados ao acolhimento e atendimento adequado às mulheres vítimas de violência, garantindo que as políticas públicas voltadas para esse grupo sejam efetivas.

Esta pesquisa se baseia na análise de dados oficiais, legislação vigente e estudos que investigam a condição feminina ao longo da história, destacando como, na contemporaneidade, as mulheres continuam sendo alvo de agressões, constrangimentos, repressões e outras formas de

invisibilização e manipulação. Seus corpos são frequentemente objetificados e instrumentalizados, reforçando a necessidade de atenção e proteção adequadas. Nesta pesquisa, estudiosos contribuem para a reflexão sobre as diferentes formas de violência contra a mulher e tudo que envolve esta questão dramática em nossa sociedade.

Diante desse contexto, esta investigação tem como foco o Centro Jacobina, localizado em São Leopoldo/RS. Vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, esse espaço oferece acolhimento inicial e suporte para mulheres em situação de violência. A partir de uma abordagem etnográfica e da coleta de dados, este estudo analisa o funcionamento do Centro Jacobina e suas práticas no atendimento às vítimas. Após os estudos teóricos, será apresentada a região, a cidade e a realidade das mulheres que vivem e transitam nesse território. Em seguida, o estudo abordará a atuação do Centro Jacobina e, por fim, discutirá como as políticas públicas se materializam no atendimento cotidiano às mulheres em situação de violência.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do tempo, muitos pesquisadores vêm investigando e analisando as questões que tratam da violência contra a mulher. Dentre eles podemos apontar Michele Perrot³. Em seus escritos, Perrot (1988; 2005) acentua que a violência contra as mulheres é um fenômeno estrutural, com forte influência patriarcal, o que oprime e limita a autonomia da mulher.

Com os estudos de Perrot pode-se refletir sobre a invisibilidade histórica da violência, onde “olha o que os vizinhos vão dizer” ou “isso é assunto de família” ou ainda “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” são ainda muito utilizados. Assim, a dominação masculina se solidificou e a violência foi naturalizada em inúmeras sociedades. A autora, em seu livro “Os excluídos da História” (1988) enfatiza como o espaço da casa se apresenta como um ambiente de repressão onde as mulheres eram e, infelizmente, ainda são subordinadas à autoridade de homens, seja marido, companheiro, pai, irmão, tio, entre outros. Inclusive sendo uma violência legitimada, tanto juridicamente quanto culturalmente, pois é tida como um direito do homem sobre a família.

Perrot (2005) evidencia o papel dos movimentos feministas na denúncia da violência contra a mulher, o que contribuiu para o deslocamento do privado ao público e isso fez com que

³ Historiadora francesa reconhecida por seus estudos sobre a história das mulheres e do espaço privado, aborda a violência contra a mulher dentro do contexto histórico da opressão de gênero e da invisibilização feminina na sociedade.

a legislação sofresse alterações. As políticas públicas e as leis de proteção são determinantes para este olhar, mas ainda há resistências políticas e culturais para erradicar esse problema tão grave.

A violência contra a mulher se apresenta de diversas formas. Para Michelle Perrot (2005) a violência simbólica às mulheres, como a marginalização de espaços de poder, a sexualização na mídia e a desigualdade de oportunidades reforçam a desigualdade de gênero.

Outra pesquisadora importante nesta luta é Marilena Chauí⁴. Assim como Perrot, Chauí discute a violência contra a mulher numa perspectiva estrutural e associa isso ao patriarcado na sociedade brasileira. Ela entende que cada ato deste tipo não seja isolado, mas parte de um sistema de dominação, também manifestado na cultura, nas instituições, sejam públicas ou privadas e na política.

Chauí (2003) aponta a violência como expressão do patriarcado e do autoritarismo, que reforçam a dominação masculina. O machismo tem papel na construção da identidade social brasileira pois define papéis, subordina a mulher e legitima a violência como um mecanismo de controle. Pode-se pensar, inclusive, no papel da igreja nesta construção.

O que se ouve e lê ainda hoje são comentários de uma sociedade que, na maioria das vezes, culpabiliza a vítima e isso isenta os agressores. As campanhas atuais na imprensa brasileira tentam reforçar que a vítima nunca tem culpa, não importante a roupa que usa, o local que frequenta, o horário que está na rua. Porém, a sociedade ainda não se dá conta disso e a cultura da impunidade minimiza a gravidade dos fatos e contribui para perpetuar o ciclo de agressões.

Para Chauí (2003) a transformação da sociedade se dará pela valorização da educação feminista crítica, onde se questione as estruturas patriarcais e incentive a igualdade de gênero. Ela entende que esta é uma construção coletiva e que envolve políticas públicas eficazes.

Observamos o olhar de Perrot sobre as mulheres no mundo, de Chauí sobre as mulheres brasileiras e, agora, apresentamos Cleci Eulália Fávaro⁵ que teceu considerações e visões sobre mulheres no Rio Grande do Sul. Em suas pesquisas Fávaro (2002) destaca que as mulheres enfrentavam contradições e ambivalências em suas vidas, resultantes das expectativas sociais e culturais da época. O que se presencia na atualidade. A mulher investigada por Fávaro tinha papéis rígidos impostos pela sociedade. Diante disso, as expectativas geravam tensões que eram manifestadas, muitas vezes, em forma de violência.

Como citado anteriormente, além da imprensa a igreja teve papel na contribuição destas

⁴ Filósofa brasileira e referência no pensamento político e feminista.

⁵ Historiadora brasileira, dedicou-se ao estudo das mulheres na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, especialmente entre 1875 e 1950.

imagens femininas, com estereótipos e subordinação. Fávoro analisou discursos religiosos, artigos de jornais, iconografias e provérbios populares. Todos esses meios consolidavam a cultura patriarcal, o que limitava a autonomia e a liberdade da mulher. Quanto mais recatada e submissa, melhor.

Somando-se a estas pesquisadoras, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti⁶, que além de investigar sobre a violência contra a mulher, articulou com as dimensões de classe e raça. Para ela o patriarcado é uma relação civil e não privada, que contribui para a violência contra a mulher pois concede direito sexual aos homens, e assim tem uma base material porque corporifica-se.

Saffioti (1999b) aponta que as mulheres pobres e negras são as mais vulneráveis porque sofrem múltiplas opressões. O acesso à justiça é ainda mais dificultoso, segundo a autora, o que tende à impunidade e naturalização da violência, assim como Perrot e Chauí também constata. De acordo com Saffioti (1999a) a violência contra a mulher é uma estratégia sistemática de controle social. As agressões e ameaças – que também estão presentes em grande número nos quadros apresentados a seguir – são meios de garantir que elas permaneçam em posições subalternas. Assim, o medo da violência limita a liberdade feminina, restringindo suas escolhas e reduzindo o campo de possibilidades de ascensão em qualquer esfera.

Para tanto, as políticas públicas precisam combater não somente as consequências, mas, principalmente, as causas estruturais deste grave problema. Medidas como as da legislação são altamente relevantes, mas necessitam de acompanhamento de mudanças culturais e educacionais diante da lógica patriarcal.

Em se tratando de corporificação, como Saffioti aponta, Michel Foucault⁷ tem estudos que fornecem ferramentas teóricas para compreender a violência de gênero e a forma como ela se estrutura e perpetua na sociedade. Em “Vigiar e Punir” (2014), Foucault analisa como o poder disciplinar molda os corpos e os comportamentos. Assim, pode se pensar nos corpos femininos sujeitos a opressão e agressividade. A violência contra a mulher é um mecanismo disciplinador que mantém normas.

Em seu livro “História da sexualidade 1” (1976), o autor discute como o Estado e as instituições controlam a sexualidade e a reprodução. Trata-se aqui especialmente dos corpos de mulheres e os corpos destas foram historicamente submetidos a normas de regulação e isso

⁶ Socióloga e feminista brasileira que dedicou grande parte de sua obra à análise da opressão de gênero e da violência contra a mulher.

⁷ Filósofo francês que estudou o poder e o conhecimento, e criticou o sistema prisional tradicional. Ele foi um ativista que se envolveu em campanhas contra o racismo e pela reforma do sistema penitenciário, trazendo grandes contribuições para estudos sobre o homem, as instituições e a sociedade contemporânea.

reforça a ideia de que o corpo da mulher não lhe pertence integralmente.

Foucault (1996) argumenta que o poder se manifesta através dos discursos – com conhecimentos legitimados pela sociedade. Durante séculos, discursos de toda ordem construíram a mulher como frágil, incapaz, irracional. Em “A Microfísica do Poder” (2013) o autor afirma que o poder está nas ações cotidianas como as vividas em família, na escola, no trabalho. Embora ele não tenha estudado especificamente sobre violência contra a mulher, suas pesquisas ajudam a compreender como o poder disciplina, controla e violenta os corpos femininos.

Por último, e não menos importante, o pesquisador David Le Breton⁸. Assim como Foucault não estudou em especial sobre a violência contra a mulher, mas suas análises sobre a construção social do corpo e do sofrimento colaboram no entendimento das questões que envolvem a temática aqui explorada.

Em algumas de suas obras, como na “Antropologia do Corpo” (2016) Le Breton analisa como o corpo é construído socialmente, observando o corpo como lugar de violência e dominação. O estupro, o feminicídio e a violência doméstica são formas desse controle sobre o corpo feminino.

No livro “Antropologia da Dor”, Le Breton(2013) investiga a dor como uma experiência socialmente mediada. Muitas mulheres vítimas de violência silenciam seu sofrimento porque a sociedade naturaliza a dor feminina, seja na menstruação, no parto ou em qualquer tipo de violência cotidiana. O sofrimento da mulher é banalizado, negado, minimizado, pois é uma consequência de sua posição submissa nas relações de poder. E isso impede que a mulher, muitas vezes, busque ajuda. Outras que procuram ajuda são julgadas, excluídas e culpabilizadas.

Compreende-se assim, a necessidade de políticas públicas abrangentes e legislação adequada. Além disso, os teóricos são unânimes em afirmar a necessidade da educação e da informação para que haja transformação na cultura da violência contra as mulheres.

Violência contra a Mulher no Brasil Contemporâneo

A violência contra a mulher no Brasil tem se agravado nos últimos anos, impulsionada por fatores políticos e sociais. Segundo Regina Facchini (2023), professora dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Ciências Sociais da Unicamp, a ascensão de grupos ultraconservadores contribuiu significativamente para esse cenário. Projetos como o “Escola Sem

⁸ Antropólogo e sociólogo francês, conhecido por seus estudos sobre o corpo, dor e risco.

Partido” e a oposição às discussões de gênero resultaram no enfraquecimento dos debates sobre direitos das mulheres e no recrudescimento dos ataques aos movimentos feministas. Além disso, a abordagem política baseada em conceitos abstratos de mulher, família e criança dificultou a formulação e implementação de políticas públicas eficazes de proteção.

Com o advento das tecnologias, a violência chega com força e, muitas vezes, de forma anônima nas redes sociais. Qualquer atividade, imagem ou posicionamento pode servir para uma avalanche de agressões e ameaças. No Legislativo em Brasília está em estudo a regularização do uso das redes sociais (PL 4.144/2024). Há uma série de interesses em jogo e parece que a preocupação com a violência em si está longe de ser o principal motivo de debates. Temos o Marco Civil da Internet, na Lei 12.965/2014, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), na Lei 13.709/2018 e a Lei que trata de importunação sexual e pornografia de vingança, mas ainda é preciso maior segurança.

Os dados oficiais reforçam a gravidade da situação. De acordo com a ONU Mulheres e o Conselho Nacional do Ministério Público, nos últimos oito anos o Brasil se manteve entre os dez países com maior número de feminicídios no mundo. Somente no ano de 2023, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil registrou 1.463 feminicídios. De acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública foram 83.988 casos de estupro em 2023 no Brasil, além de um número significativo de ocorrências de lesão corporal e ameaças. No entanto, esses números representam apenas os casos formalmente registrados, sendo necessário considerar a subnotificação, uma vez que muitas vítimas não procuram os órgãos de segurança pública para denunciar a violência sofrida. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estima que ocorram cerca de 822 mil casos de estupro por ano no Brasil, o que corresponde a dois por minuto, sugerindo que apenas uma pequena fração dos casos é reportada às autoridades.

Panorama da Violência contra a Mulher no Rio Grande do Sul

Para compreender a realidade de São Leopoldo, é fundamental observar inicialmente os dados de violência contra a mulher no estado do Rio Grande do Sul. Conforme informações da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/RS), entre 2021 e 2024, os casos de violência de gênero demonstraram um crescimento preocupante (Quadro 1). Além disso, em 2024, 84% dos agressores estavam dentro das residências das vítimas ou eram ex-companheiros, evidenciando a necessidade de espaços de acolhimento e ações informativas sobre os direitos das

mulheres e os diferentes tipos de violência.

Quadro 1: Violência contra a mulher no RS de 2021-2024.

Estado RS	2021	2022	2023	2024
Feminicídio Tentado	255	263	237	236
Feminicídio Consumado	96	111	85	72
Ameaça	32.762	31.389	33.404	31.063
Estupro	2.455	2.783	2.739	2.262
Lesão Corporal	18.007	18.197	19.898	18.687

Fonte: SSP/RS, 2025.

De acordo com o "Boletim Epidemiológico do Estado do Rio Grande do Sul: violência contra meninas e mulheres de 10 a 59 anos", publicado pela Secretaria Estadual da Saúde (SES) em março de 2024, houve um aumento significativo nos casos de violência contra a mulher no estado. O Observatório da Violência Contra a Mulher, vinculado à Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, trabalha na produção, monitoramento e divulgação de indicadores de violência contra mulheres.

A Mulher Vítima de Violência em São Leopoldo/RS

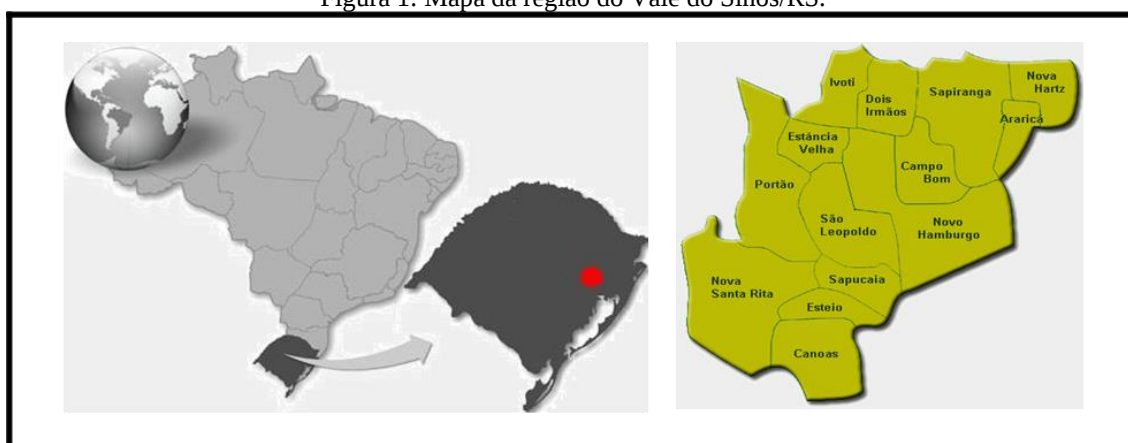
A região do Vale do Sinos/RS, localizada no estado do Rio Grande do Sul, compreende uma bacia hidrográfica formada por um conjunto de 32 municípios banhados pelo Rio dos Sinos. Essa região possui 1.332.814 habitantes, sendo que deste total, 691.557 são mulheres, ou seja, 51,9% dos habitantes, conforme dados do IBGE (2022).

Do ponto de vista econômico, o Vale do Sinos é composto por 14 municípios que compartilham características socioeconômicas comuns e desafios estruturais. São Leopoldo, um dos principais municípios da região, se destaca tanto pela sua importância histórica⁹ quanto pelos desafios no enfrentamento à violência contra a mulher, foco do presente estudo.

Esta pesquisa tem como foco as mulheres residentes no município de São Leopoldo, um dos municípios que compõem a região do Vale do Sinos/RS (Figura 1). O município possui 217.409 habitantes, sendo 113.039 mulheres (52%), conforme o último Censo (IBGE, 2022). As mulheres que vivem e circulam nesse território são, em sua maioria, brancas, urbanas, trabalhadoras e um grande número encontra-se no grupo acima dos 60 anos de idade.

⁹ São Leopoldo é referência histórica por ser o berço da colonização alemã no Brasil.

Figura 1: Mapa da região do Vale do Sinos/RS.



Fonte: Forner, 2017.

As mulheres dessa região são, em grande número, as provedoras de seus lares. No entanto, apesar de sua atuação significativa na sociedade, elas continuam vulneráveis à violência de gênero, o que exige políticas públicas eficazes para garantir sua segurança e dignidade.

Os dados específicos do município de São Leopoldo (Quadro 2) corroboram as análises da pesquisadora Regina Facchini e refletem o crescimento dos casos de violência registrados no estado. A evolução dessas estatísticas reforça a necessidade de uma reflexão sobre as motivações da violência contra a mulher e as medidas necessárias para seu enfrentamento.

Quadro 2: Violência contra a mulher em São Leopoldo de 2021-2024.

Dados de São Leopoldo				
Ano/Tipo Violência	2021	2022	2023	2024
Feminicídio tentado	10	4	3	5
Feminicídio consumado	2	1	1	4
Ameaça	728	603	563	540
Estupro	48	50	56	34
Lesão corporal	401	420	418	377

Fonte: Elaborado pela pesquisadora conforme dados da SSP/RS, 2025.

Diante desses números, torna-se evidente a necessidade de ações concretas por parte da sociedade e do poder público. A informação e a educação sobre o tema são fundamentais para transformar essa realidade. Além disso, o Estado tem a obrigação de garantir os direitos constitucionais das mulheres por meio de políticas públicas eficazes que combatam a violência de gênero e promovam a segurança e o bem-estar feminino.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa foi de natureza básica, quali-quantitativa, utilizando-se da etnografia – realizada de janeiro a dezembro de 2024 –, do levantamento de dados e de estudos da legislação vigente sobre a temática da violência contra a mulher. O espaço onde o campo foi realizado é o Centro de Acolhimento Jacobina. Este centro foi fundado em 2006, no município de São Leopoldo/RS, como um espaço de atendimento a mulheres em situação de violência. Trata-se de um serviço governamental, vinculado à Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPOM), que oferece atendimento gratuito e especializado.

O centro acolhe mulheres, mulheres transexuais e travestis que enfrentam violência de gênero, sem a exigência de registro de boletim de ocorrência contra o agressor para ter acesso aos serviços. O Centro Jacobina oferece atendimento psicossocial e jurídico, com o objetivo de fortalecer as mulheres e ajudá-las a romper com a violência. Além disso, é por meio do centro que mulheres em situação de risco iminente de morte podem ser encaminhadas para abrigo sigiloso, garantindo sua segurança.

A diretora do Centro Jacobina, a educadora social Yara Regina Stockmanns¹⁰, destaca que um dos grandes desafios do trabalho é a falta de conhecimento das mulheres sobre seus direitos e os serviços disponíveis. Muitas vítimas não acessam o centro por desconhecimento ou por não compreenderem o ciclo da violência.

A assistente social do Jacobina, Mara Sallin, formada em Serviço Social, trabalha no Centro Jacobina há mais de 10 anos. Ela narra que

atendendo mulheres vítimas de violência precisamos olhar o todo, a profissão dela, de onde ela vem, a cultura, como a família dela é constituída. Eu tenho um objetivo de escuta para o atendimento que é conhecer a realidade dessa mulher, a realidade da violência que ela sofre, como ela enxerga esse lugar que ela está ocupando.

Para enfrentar a questão da violência, o Centro Jacobina realiza diversas ações de conscientização e educação. O conceito do ciclo da violência, ao qual Yara se refere, é amplamente divulgado por meio de folders, banners, cartilhas e palestras. Esses materiais são apresentados em eventos comunitários e encontros festivos, buscando orientar as mulheres sobre as diferentes formas de violência e como identificar os padrões que mantêm a agressão ao longo

¹⁰ As interlocutoras desta pesquisa autorizaram o uso de seus nomes e de suas informações, tendo assinado Carta de Cessão para tanto.

do tempo.

São Leopoldo: Referência em Políticas Públicas para Mulheres

Para que espaços como o Centro Jacobina possam oferecer um acolhimento adequado às mulheres vítimas de violência, é fundamental que a legislação seja abrangente e eficiente. Além disso, as políticas públicas devem ser capazes de atender às demandas dessas mulheres em suas singularidades, garantindo proteção e apoio efetivo. Dentre elas, pode-se citar: Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006); Lei Joanna Maranhão (nº 12.650/2012); Leis do Feminicídio (nº 13.104/2015 e nº 14.994/2024).

Além do atendimento individual e espontâneo, São Leopoldo conta com uma Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que desenvolve ações contínuas ao longo do ano. Essas ações incluem palestras, eventos informativos e campanhas de conscientização sobre os serviços oferecidos pelo Centro Jacobina.

As mulheres vítimas de violência que registram ocorrência na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), na Polícia Civil ou na Polícia Militar são encaminhadas ao centro para receber acolhimento e atendimento especializado.

Diferente de muitos municípios, São Leopoldo conta com uma rede robusta de atendimento e proteção às mulheres, de acordo com Yara. O município dispõe de uma estrutura completa, composta por: Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Centro Jacobina); Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM); Juizado, Promotoria e Defensoria Especializada na Violência contra a Mulher; Patrulha Maria da Penha (Brigada Militar); Ronda Lilás (Guarda Civil Municipal - GCM); Convênio para abrigamento de mulheres em situação de risco; Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPOM); Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (COMDIM) e Movimentos feministas e políticas transversais de apoio às mulheres

Em São Leopoldo, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) desempenha um papel fundamental na formulação e fiscalização das políticas públicas voltadas para as mulheres. Criado em 2002 pela Lei nº 5067/2002 (revogada pela Lei nº 6976/2009), o COMDIM atua como um órgão consultivo e deliberativo, garantindo que as iniciativas municipais de enfrentamento à violência de gênero sejam efetivas.

Apesar desse cenário positivo em nível municipal, Yara ressalta a ausência de políticas estaduais de enfrentamento à violência contra a mulher desde 2014, quando foi extinta a

Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres¹¹. “A retomada das políticas públicas para as mulheres no governo federal, com o Ministério das Mulheres agora, é fundamental. São diretrizes, objetivos, programas e projetos com recursos que beneficiam estados e municípios”, enfatiza Yara. A assistente social do Centro Jacobina afirma que há muito ainda o que fazer. “O caminho é longo e contínuo”. As políticas públicas precisam abarcar outros espaços, como as mulheres do campo, por exemplo.

Desafios no Acesso à Proteção e Justiça

A diretora do Centro Jacobina, Yara Regina Stockmanns, ressalta um desafio preocupante: a necessidade de mais informação sobre os serviços de proteção. Nos últimos quatro anos, o município registrou 8 feminicídios, e, entre as vítimas, apenas uma havia procurado a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) para registrar um Boletim de Ocorrência (BO) – e, ainda assim, sem solicitar uma medida protetiva de urgência. Como resultado, essa mulher não acessou o Centro Jacobina, e seu caso teve um desfecho trágico. “É um fato muito triste, porque poderíamos ter encaminhado de outra forma e, possivelmente, teria outro final”, lamenta Yara. Por outro lado, a diretora também destaca os resultados positivos do trabalho realizado no Centro Jacobina:

O Centro tem retorno de muitas mulheres que conseguiram superar a violência doméstica e deram continuidade à sua vida sem violência. Quando uma mulher encontra sua liberdade e reassume o controle de sua vida com plenitude, sentimos que a política pública e a Rede funcionaram.

A assistente social conta que os desafios são muitos, e que a supervisão colabora para que ela possa refletir se as intervenções que ela faz estão corretas, para receber orientações sobre casos. Fora disso, ela faz terapia semanalmente para resolver questões pessoais e que, sem dúvida, isso é importante para seu bem-estar. “Mas nunca levo casos de pacientes para minha terapia, isso nunca”.

Mara Sallin conta que nos 10 anos em que trabalha no Centro Jacobina, raramente percebeu mulheres que assumem sua liberdade na plenitude depois que são vítimas da violência. “Elas saem de uma relação de dependência emocional, financeira, elas se separam, rompem o

¹¹ Esta Secretaria foi reativada em outubro de 2025 devido à pressão popular e da imprensa pelo crescente aumento da violência contra a mulher.

ciclo de violência, mas ficam com os resquícios daquilo que viveram no passado” – enfatiza ela. Mara relata que medo, angústias, pânico, são sensações e emoções que as acompanham. “Quando não se envolvem com outros homens que também são agressores ou controladores. Por incrível que pareça, é isso que acontece”.

Os desafios são cotidianos. Mas há sonhos a serem realizados por estas mulheres que realizam este trabalho. A diretora do Centro Jacobina compartilha um projeto essencial para ampliar o acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade: “Meu sonho é a criação de um Centro de Saúde da Mulher e um serviço de abortamento legal no Hospital Centenário. Mas essas questões necessitam de legislação, projetos e verbas para serem realizados”, narra Yara.

Esse projeto reflete a necessidade de um atendimento amplo e qualificado, que não apenas acolha as vítimas de violência, mas também garanta assistência integral à saúde das mulheres, respeitando seus direitos reprodutivos e sua dignidade.

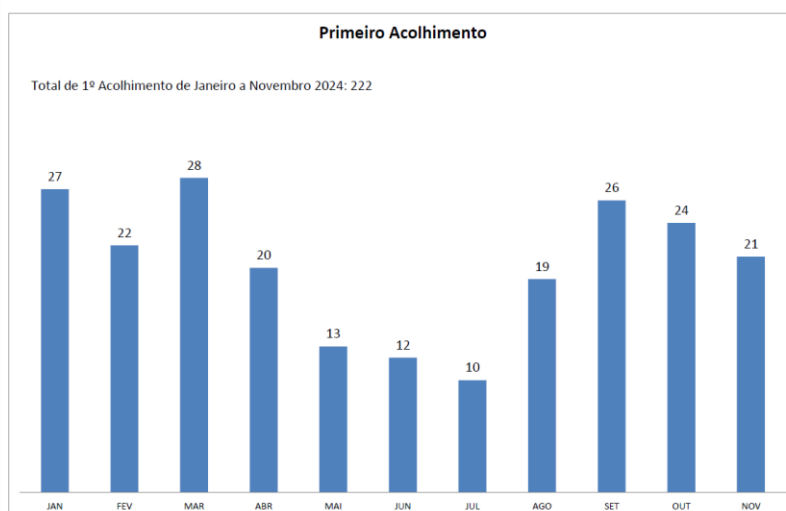
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio desta investigação, foi possível confirmar a hipótese de que as questões sociais e ambientais exercem influência direta na saúde física e mental das mulheres. Fatores como desigualdade salarial, sobrecarga de responsabilidades domésticas e maternas, falta de moradia adequada, violência doméstica e urbana e acesso precário a serviços públicos essenciais afetam significativamente a qualidade de vida das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a diversas formas de opressão e sofrimento.

Durante o trabalho de campo observou-se os cartazes, as cartilhas, os objetos que são específicos para doação e atividades para mulheres, bem como o espaço para acolhimento das crianças quando a configuração da família necessita. Muitas das mulheres precisam do apoio e cuidado para com os filhos também.

Os dados de acolhimento desde o início do trabalho, a cada ano, e em 2024, em cada mês, sinalizam quem são as mulheres atendidas neste local e, por meio destas informações são realizadas reuniões e ações que possibilitam um melhor acolhimento. Os levantamentos apontam algumas informações como: o número de primeiro acolhimento e o total de abrigamentos.

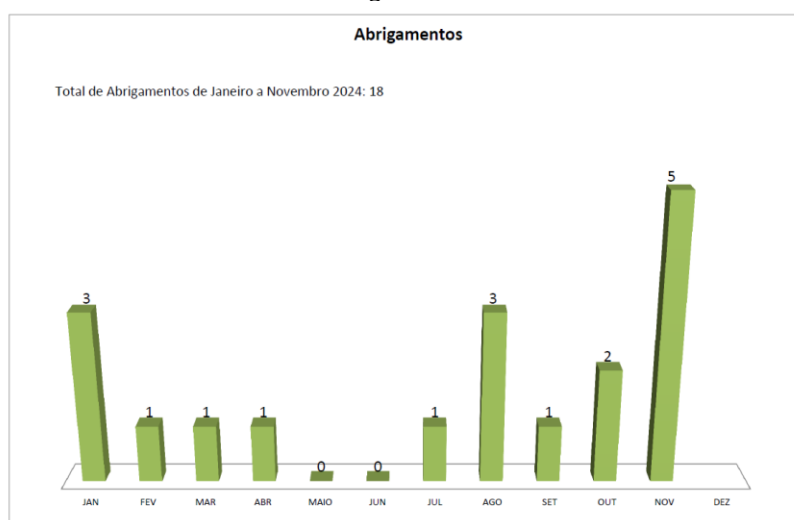
Gráfico 1: Primeiro Acolhimento 01-11/2024.



Fonte: Centro Jacobina, 2024.

É possível observar que nos meses em que a enchente¹² tomou conta das ruas da cidade, inclusive do Centro Jacobina, onde os funcionários foram deslocados para os abrigos, a quantidade de primeiro acolhimento diminuiu. Yara credita a isso o fato de muitas famílias estarem em abrigos e das agressões terem diminuído visto que as pessoas estavam convivendo coletivamente, o que pode ter inibido alguns agressores. Mas, infelizmente, ela relata que aconteceram agressões mesmo nos espaços de abrigamento.

Gráfico 2: Abrigamentos 01-11/2024.



Fonte: Centro Jacobina, 2024.

¹² A grande enchente que acometeu o estado do Rio Grande do Sul, em maio e junho de 2024.

Neste caso aqui, abrigamentos se refere ao fato de mulheres agredidas terem sido alocadas em espaços especiais para estarem seguras. Estes espaços não têm endereço disponível por motivo de segurança. Fato é que as mulheres que precisam desta medida ficam completamente isoladas, geralmente com seus filhos, pois esta medida é necessária para manter a vida. Depois de todas as medidas judiciais necessárias, a mulher retorna a seu lar com medida protetiva e o agressor não pode se aproximar dos espaços onde a mulher está e/ou frequenta.

O estudo também evidenciou que, apesar da existência de políticas públicas voltadas ao acolhimento e à proteção das mulheres vítimas de violência, como as ações promovidas pelo Centro Jacobina, muitos desafios ainda persistem. A baixa procura por serviços especializados, a falta de informação sobre os direitos das mulheres e a ausência de políticas públicas estaduais robustas são entraves que dificultam a efetivação de uma rede de proteção verdadeiramente acessível e eficiente.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi o impacto das mudanças políticas e sociais no agravamento da violência contra a mulher. O crescimento de discursos ultraconservadores e a resistência em abordar pautas de gênero têm prejudicado a implementação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas, resultando em um retrocesso na garantia de direitos conquistados ao longo das últimas décadas.

CONCLUSÃO

Diante do cenário apresentado na pesquisa em campo, corroborado pelos estudos teóricos e sobre legislação realizados, chega-se a conclusão de que é essencial fortalecer os mecanismos de enfrentamento à violência de gênero, promovendo campanhas de conscientização, capacitação de profissionais e investimentos em políticas intersetoriais que possam atender às necessidades específicas das mulheres. A ampliação e fortalecimento da rede de apoio, aliada a políticas públicas eficazes e contínuas, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e segura para todas as mulheres.

Além disso, iniciativas como a proposta de criação de um Centro de Saúde da Mulher e a ampliação dos serviços de atendimento a vítimas de violência são medidas urgentes que podem contribuir significativamente para a proteção e o empoderamento das mulheres.

Por fim, esta pesquisa reafirma a importância de um compromisso coletivo na luta contra a violência de gênero e na promoção da equidade. O enfrentamento desse problema demanda

ação conjunta entre sociedade civil, instituições públicas e movimentos feministas, visando não apenas a proteção das vítimas, mas também a construção de um presente e de um futuro em que todas as mulheres possam viver com dignidade, segurança e liberdade. Enaltecer, assegurar a continuidade e expandir trabalhos como do Centro Jacobina é uma das formas de garantir os direitos das mulheres em ter uma vida segura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Disponível em:

<<https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>> Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público**.

Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias-cddf/232-direitos-fundamentais/6556-brasil-ocupa-o-7-lugar-no-ranking-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo>> Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Joanna Maranhão** (nº 12.650/2012). Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm> Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Lei Maria da Penha** (nº 11.340/2006). Disponível em: <Lei Maria da Penha> do papel para a vida. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Senadora Rosalba Ciarlini, 2010. 22 p. [879477] SEN. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Leis do Feminicídio** (nº 13.104/2015 e nº 14.994/2024). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br>> Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **ONU Mulheres**. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/>> Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **Regular as Redes Sociais é Fundamental para a Democracia**.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/09/regular-as-redes-sociais-e-fundamental-para-a-democracia-diz-paulo-paim>> Acesso em 04 fev. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Ética, política e violência. In: T. Camacho (Ed.), **Ensaio sobre violência** (pp. 39-59). Vitória: Edufes, 2003.

FÁVARO, Cleci Eulália. **Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências**. - Porto Alegre: EDIPUC RS, 2002.

FORNER, Fernanda. Instituto Humanitas. Unisinos. **Questão ambiental do Vale do Rio dos Sinos**. Disponível em: <<http://unisinos.br/blogs/ihu/eventos/questao-ambiental-vale-rio-dos-sinos/>> Acesso em: 14 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

IBGE. **Biblioteca IBGE**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=446005>> Acesso em: 22 jan. 2025.

IBGE. **Panorama das cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>> Acesso em: 28 jan. 2025.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>> Acesso em: 04 fev. 2025.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Editora FAP/UNIFESP, 2013.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo** / David Le Breton; tradução de Fábio Creder Lopes. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. 520 p.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisoneiros**. São Paulo: Paz E Terra, 1988.

RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores de violência contra a mulher** – Lei Maria da Penha. Disponível em: <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>> Acesso em 29 jan. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. **Observatório da violência contra a mulher**. Disponível em: <ssp.rs.gov.br> Acesso em: 04 fev. 2025.

SÃO LEOPOLDO. **Lei nº 5067/2002**, revogada pela Lei nº 6976/2009. Cria o COMDIM. Disponível em: < Acesso em: 25 jan. 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva** - Revista da Fundação Seade, 13(4), 82-91. 1999a.

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, 12,157-163. 1999b.

SEMA RS. **Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social**. Disponível em: <<https://social.rs.gov.br/sobre-politicas-publicas-para-as-mulheres>> Acesso em 25 jan. 2025.